




O CORPO NA HISTÓRIA: BREVE ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE O CORPO

THE BODY IN HISTORY: A BRIEF ANALYSIS OF SPEECHES ABOUT THE BODY

João Gomes Junior¹

 <https://doi.org/10.46401/ajh.2020.v12.10002>

RESUMO: Realizo neste texto uma sucinta análise dos discursos produzidos sobre o corpo segundo os trabalhos de Le Breton (2007), Corbin et al (2017a; 2017b; 2012), Foucault (2017; 2003), Butler (2017; 2002) e Preciado (2017), entre outros/as. Busco apresentar os modos como a historiografia tem tratado o corpo e, em seguida, debater como algumas teorias recentes pensam o corpo e seus desdobramentos em gênero e sexualidade, demonstrando uma possibilidade de aproximação da historiografia com os Estudos Corporais.

Palavras-chave: Estudos Corporais; gênero e sexualidade; historiografia; teoria da história.

ABSTRACT: In this text I do a brief analysis of the discourses produced about the body according to the works of Le Breton (2007), Corbin et al (2017a; 2017b; 2012), Foucault (2017; 2003), Butler (2017; 2002) and Preciado (2017), among others. I present the ways in which historiography has treated the body and then discuss how some recent theories think the body and its consequences in gender and sexuality, demonstrating a possibility of bringing historiography and Body Studies closer together.

Keywords: Body Studies; gender and sexuality; historiography; historical theory.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2019). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Instituto Multidisciplinar (2017). Mestrando em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduando em Estudos Linguísticos e Literários (IFRJ-Nilópolis). E-mail: jaum-gomesjr@gmail.com.

Durante a realização da minha pesquisa de mestrado acerca do homoerotismo e da prostituição masculina na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1890 e 1938, debruicei-me sobre as categorias de “gênero” e “sexualidade” para lograr uma observação minimamente satisfatória do meu objeto de análise. Neste processo de estudo e escrita, compreendi que deixava escapar – ou, pelo menos, “passar pelas entrelinhas” – uma outra categoria fundamentalmente relacionada às duas anteriores: a categoria “corpo”. Assim, este trabalho é escrito em certa medida como continuidade de um debate iniciado timidamente em momento anterior, nos estudos que realizei em minha já finalizada pesquisa de mestrado.

O corpo, enquanto forma física, ocupa um lugar no espaço e é ele próprio um espaço que possui os seus componentes e desdobramentos, como a pele, a voz, os gestos, a sexualidade, o gênero, etc. É desse corpo material que resulta a vida, seja ela íntima e privada ou pública, um exercício que se dá através das relações humanas, das práticas sociais individuais e/ou coletivas, das tecnologias de vida que, no fim, se tornam objeto de pesquisa para nós, historiadores/as e cientistas sociais. O corpo, independente do seu tempo-espaço de existência, fornece-nos materiais para estudos cada vez mais instigantes. Falar da história do corpo, ou olhar para o corpo na História, é o mesmo que observar tudo o que cerca os indivíduos e os contextualiza, como os seus modos de vida e de produção, as suas práticas sociais, a sua cultura.

Nos últimos 30 anos tem se desenvolvido um campo epistemológico a partir da organização de diferentes disciplinas como a História, a Sociologia e a Antropologia, que tem sido denominado como Body Studies, os Estudos Corporais, no qual destaco alguns trabalhos clássicos como os de David Le Breton (2007) e Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2017a; 2017b; 2012). A escolha e apresentação desses trabalhos se dá, neste texto, como forma de oferecer aos/às leitores/as que porventura desconheçam este debate um primeiro caminho por onde iniciar as suas leituras. Além desses clássicos, textos como os de Judith Butler (2017; 2002) e de Paul B. Preciado (2017) possuem uma discussão bem elaborada sobre o corpo, assim como Michel Foucault em diversos livros seus sobre disciplina, sexualidade, poder e biopoder.

Este campo de estudos preocupa-se em pensar o corpo visando à compreensão do corpo humano (a sua materialidade e corporeidade) como fenômeno social e cultural, sendo objeto de discursos que o criam segundo imaginários e representações social e historicamente localizadas. Ao propor uma sociologia do “enraizamento físico do ator” em seu meio, Le Breton (2007), por exemplo, contribui para a historiografia com a sugestão de um novo olhar histórico que busque elucidar lógicas sociais e culturais através do estudo corporal – e é neste sentido em que se inscreve este artigo.

O objetivo deste texto é, a partir dos trabalhos de autores clássicos para esse campo de estudos como Le Breton, Corbin et al e Foucault pelo fato de fazerem trabalhos, digamos, mais empíricos nas suas áreas, assim como a partir das reflexões mais teóricas e filosóficas de Butler e Preciado que pensam gênero e sexualidade tendo o corpo como ponto de partida, uma sucinta discussão e análise dos discursos sobre o corpo investigados por tais autores/as. Busca-se, dessa forma, realizar reflexões acerca da historiografia do corpo e seus desdobramentos nos estudos de gênero e sexualidades.

No geral, faço uma análise da bibliografia apontada acima separada em dois tópicos, respeitando períodos históricos específicos. O primeiro tópico corresponde aos discursos sobre o corpo referentes ao período que se estende do Antigo Regime ao final do século XIX e, o segundo tópico, à temporalidade do século XX e primeiras décadas do século XXI. Neste segundo tópico, trago as discussões teóricas e conceituais de autores e autoras como Butler, Preciado, Joan Scott, entre outros/as, para pensar corpo, gênero e sexualidade.

Percurso aqui, portanto, variados discursos já produzidos sobre o corpo e seus sentidos em diferentes períodos históricos, propondo uma possibilidade de aproximação da historiografia com os Estudos Corporais. Busquei nos Estudos Culturais e nas Teorias Críticas (como o Descolonialismo, a Teoria Queer e o Pós-estruturalismo) alicerces teóricos para este texto (LUGONES, 2008; MIGNOLO, 2008; QUIJANO 2000; MISKOLCI, 2017).

O corpo do Antigo Regime ao corpo no século XIX: do discurso religioso aos estudos corporais

Os Estudos Corporais têm fornecido contribuições importantes para a historiografia que por vezes passam despercebidas. Como um contraponto (ou complemento) às perspectivas biológicas do corpo, estes estudos iluminam o caráter cultural e social da vida humana, evidenciando as condições e formas de viver da humanidade.

A Segunda Onda do Movimento Feminista no final dos anos 1960 instigou uma crise de legitimação dos modos de relação dos indivíduos entre si e com o mundo. Le Breton (2007) sugere em seu livro que com o feminismo e a “revolução sexual” daqueles anos surgiram novas críticas ao corpo, às suas formas físicas e expressões, às hierarquias de opressão e subalternização e às sociabilidades como estavam dadas. Brotava, naquele contexto, um novo imaginário sobre o corpo, e, segundo o autor, o corpo foi colocado sob os holofotes do pensamento sociocultural ocidental enquanto lugar privilegiado do contato e da construção humanos, tencionando novas reivindicações acerca da condição corporal dos indivíduos. Naquele momento, de acordo com Le Breton, percebeu-se que:

Os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade. [...] As práticas e os discursos que surgem propõem ou exigem uma transformação radical das antigas representações sociais. Uma literatura abundante e inconscientemente surrealista convida à “libertação do corpo”, proposta que, quando muito, é angelical. [...] Nesse discurso o corpo é colocado não como algo indistinto do homem, mas como uma posse, um atributo, um outro, um alter ego. O homem é a fantasia desse discurso, o sujeito suposto. A apologia ao corpo é, sem que tenha consciência, profundamente dualista, opõe o indivíduo ao corpo e, de maneira abstrata, supõe uma existência para corpo que poderia ser analisada fora do homem concreto. (LE BRETON, 2007, p. 7-10, grifo do autor)

É, dessa forma, em sua análise, que se dão os primeiros estudos mais sistemáticos sobre o corpo, que manifestaram novas abordagens e ângulos diversos para a investigação da relação dos indivíduos com o mundo que os cerca ou cercava. Le Breton destaca o trabalho de alguns autores

como J. Baudrillard, Erving Goffman, Michel Foucault e Pierre Bourdieu a partir daquele momento. Todavia, cabe perguntar: se, como sugere Le Breton (2007) em seu livro que o feminismo e a “revolução sexual” da década de 1960 permitiram novas críticas ao corpo, teriam os Estudos Corporais se desenvolvido de maneira paralela ou distanciada dos estudos de gênero? Para engrossar esta discussão e tentar chegar à uma resposta, cabe trazer este trecho escrito por Natanael de Freitas Silva:

Inegavelmente, a categoria gênero surgiu no bojo do debate sobre a História das Mulheres ao longo das décadas de 1960/70 (MATOS, 1998; RAGO, 1998; PERROT, 2006) e passou a ser usada como uma possibilidade de teorização sobre a diferença sexual oferecendo uma alternativa às explicações que pautavam no biológico as diferenças sociais e sexuais existentes. Segundo a historiadora francesa Michele Perrot, considerada a grande mestra da História das Mulheres, afirma que esta passou por uma significativa transformação (PERROT, 1995, 2006; SCHVARZMAN, 1995), complexificando o olhar para além das mulheres e incorporando as relações entre os gêneros e, conseqüentemente, as masculinidades. (SILVA, 2016, p. 154)

Como pode ser visto, Le Breton (2007) começa o seu livro discorrendo sobre como a Segunda Onda do Movimento Feminista no final dos anos 1960 e a “revolução sexual” daqueles anos provocaram novas críticas ao corpo. Silva (2016), por sua vez, aponta que é inegável que os usos da categoria gênero tenham se dado ao longo das décadas de 1960-1970. Assim, pode-se concluir o desenvolvimento paralelo entre os estudos de gênero e corpo nas décadas citadas, não só pela bibliografia disponível para pensar corpo/gênero/feminismo, que cansou de dizer isso, assim como pelo período de produção dessa mesma bibliografia ao longo das décadas de 1960-1970, mas principalmente pelas falas desses dois autores. No que tange aos Estudos Corporais, alguns autores de destacaram ao analisarem os discursos produzidos em tempos passados sobre o corpo.

Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello, diretores e organizadores dos três tomos monumentais da História do Corpo (2017a; 2017b; 2012), sugerem em linhas gerais um fio analítico sobre o corpo. Para eles, do período renascentista à Idade das Luzes havia uma dupla tensão a atravessar os discursos sobre o corpo que, de certo modo, mantém-se nas visões de hoje, sendo esta tensão um alargamento das imposições coletivas e uma acentuação da libertação individual. A partir de tais imposições coletivas, haveria depois de 1750 uma mobilização pública em prol da força das populações, visando “aperfeiçoar a espécie”, sendo a saúde uma preocupação coletiva, enquanto a sensibilidade individual perde centralidade e social e passa a ocupar um “segundo plano” nos discursos.

Da Revolução Francesa à Primeira Grande Guerra (1914-1918), para os autores Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello houve um alargamento do conhecimento dos médicos sobre o corpo, sobre a sua anatomia e a sua fisiologia – mas perduraram certas visões sobre o corpo constituídas pelo discurso religioso cristão. Esses autores apontam que durante o século XX o que pôde ser observado foi a emergência de um novo corpo, um novo olhar sobre a materialidade dos indivíduos, um “corpo moderno” cujos atributos já não eram imaginados de acordo com a influência mística dos planetas ou de forças ocultas – entendimentos que não desapareceram, mas permaneceram como referências principalmente nos agrupamentos sociais mais afastados. Foi naquele momento, contudo, que o corpo se singularizou em sua autonomia.

Enquanto o século XIX foi suficientemente rico em inovações da medicina como a descoberta

da anestesia, ou a elaboração de um novo imaginário sobre o sexo, a Revolução Industrial trouxe em sua esteira novas representações sociais do corpo, que desaguarão no século XX, considerado por Corbin, Courtine e Vigarello (2012; 2017a) o século que inventou teoricamente o corpo. Essa invenção teria se dado, segundo eles, primeiramente pela psicanálise freudiana, um passo decisivo para que se começasse a levar em conta a imagem do corpo na formação do sujeito, a sua autoimagem, sua construção de si. O segundo momento foi quando o corpo foi definido como o início de todo sentido e significado da vida social e cultural dos indivíduos, o corpo como “encarnação da consciência”, etapa que precedeu os estudos antropológicos sobre as “técnicas corporais”, ou seja, as maneiras como a humanidade historicamente aprendeu a se valer do seu próprio corpo para fins dados.

Michel Foucault, ao se dedicar aos estudos sobre disciplina, sexualidade, poder e biopoder, compreende a sexualidade humana como um dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade a partir de uma diversidade de embates de interesses e empregado no controle dos corpos (FOUCAULT, 2017). Segundo ele, a partir do século XVIII até o XIX podem ser observados três discursos sobre o corpo, o sexo e as formas de sexualidade dos indivíduos, como maneira de criar um saber acerca deste objeto, falando sobre ele e controlando o que fosse considerado necessário: 1) o discurso religioso e moral; 2) o discurso médico e psiquiátrico; e 3) o discurso policial. O objetivo não era julgar o sexo, os corpos e suas sexualidades, mas sim administrá-los.

Ao tratar sobre o desenvolvimento do olhar médico e científico sobre o corpo no século XIX, Foucault (2003) aponta que todos os indivíduos que porventura (ou desventura) escapassem ao conceito do que era considerado “normalidade corporal” deveriam ser banidos, internados, tratados e/ou readequados dependendo do caso. Na passagem para a modernidade, portanto, o discurso médico, baseado numa suposta razão, ganhou espaço sobre o terreno anteriormente fecundado pelo discurso místico e religioso e fundou a “desrazão” e o homo medicus, com sua sabedoria e autoridade, apresentando ao mundo o homo natura, o homem “normal” – em suma, o corpo desejado e considerado sadio. O médico tornou-se, por isso, figura central no processo de construção objetiva e científica da loucura, das neuroses, dos desvios mentais e das inversões do instinto, por exemplo. Ele passou a ser o responsável por identificar e tratar os corpos dos pobres, vagabundos, “devassos” e todos aqueles considerados anormais ou com problemas mentais que, a partir de então, viram-se inseridos no processo histórico por meio deste discurso, e passaram a ter as suas vidas reguladas e normatizadas (FOUCAULT, 2003).

Importante apontar ainda que, embora Foucault não trabalhe com uma ideia de evolução dos discursos, persiste certa interpretação de que um discurso historicamente surgiu para substituir o anterior, como em uma escala evolutiva – o que é um equívoco que precisa ser discutido. Por mais que tenham existido conflitos entre o pensamento religioso cristão e o pensamento científico desde o Antigo Regime até o século XX (e ainda nos dias atuais), não há como ignorar, por exemplo, a continuidade do discurso religioso e a sua coexistência com os discursos médico e jurídico nos períodos mais recentes. Neste sentido, podemos pensar na lógica mecânica sobre o corpo do século XVII ao século XIX sob a égide do discurso religioso; o longo século XIX e seu caráter energético a partir do pensamento médico e científico; e o século XX, com seu funcionamento informacional, globalizante,

regido pelos discursos científicos, psiquiátricos e legais (GOMES JUNIOR, 2019).

Podemos perceber, nesta breve análise dos trabalhos de Le Breton (2007), Corbin et al (2017a; 2017b; 2012) e Foucault (2017; 2003) sobre variados discursos já elaborados sobre o corpo, que este objeto está inserido numa complexa malha de mutações históricas a partir das quais se constitui o indivíduo de cada tempo e a relação desse sujeito contemporâneo com o seu corpo. Ao mesmo tempo, devo apontar que enquanto esses autores propõem análises em suas obras acerca dos discursos sobre o corpo, constroem eles mesmos discursos seus sobre os corpos. E tais discursos por eles construído está baseado em outros discursos.

O século XX revisitou olhares do passado sobre o corpo para observá-lo em sua materialidade naquela conjuntura histórica, o que provocou paradoxos e contrastes como a eliminação das distinções entre corpo normal e corpo anormal, do afrouxamento de normatizações e disciplinamentos herdados do passado, a emergência de poderes novos, etc. E digo “paradoxos” porque enquanto determinadas visões foram postas em xeque e consideradas ultrapassadas, outras, como aquelas relacionadas aos gêneros e às sexualidades, se mantiveram.

O corpo do século XX à desconstrução dos corpos no século XXI

Sabendo que a partir da efervescência política, cultural e social da década de 1960 no Ocidente, que propôs um novo discurso e um novo pensamento sobre o corpo, cabe agora discutir sob quais olhares o corpo foi observado durante o século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

É inegável que os estudos historiográficos contemporâneos acerca do corpo devem muito aos estudos de gênero, que desfrutam atualmente de “considerável reconhecimento acadêmico, social e político” (SILVA, 2016, p. 153). As ciências humanas e sociais têm apresentado uma produção vasta e expressiva articulando o “gênero”, seja enquanto categoria, seja enquanto conceito², como em Judith Butler (2017; 2002), Joan Scott (1995), Margareth Rago (1998), Joana Pedro (2011), Paul B. Preciado (2017), Natanael de Freitas Silva (2016) e Stella Ferreira Gontijo (2019), para citar apenas alguns autores e algumas autoras.

Para a filósofa norte-americana Judith Butler (2017) é impossível pensar a existência dos indivíduos anteriormente à sua formulação e à produção de seus corpos nos discursos, pois são estas as bases fundacionais do seu ser. Mesmo que se reconheça a importância das construções sociais e culturais prévias na elaboração dos sujeitos, o corpo, o sexo e aspectos das diferenças biológicas não são bem percebidas ou ilustradas, mesmo que pareçam naturalizadas, fora do discurso que os produz.

Partindo de pressupostos foucaultianos, Butler discute a diferenciação proposta para a dicotomia sexo e gênero e afirma que é possível fazer teoria social sobre ambos aspectos (BUTLER, 2017). Ela questiona a existência histórica e discursiva do corpo, do sexo e da sexualidade ou se são produtos de estruturas. Em suas palavras,

² As discussões acerca do gênero que se deram no bojo dos debates feministas nas décadas de 1960-1970 apresentam o mesmo como um modo possível de compreender concepções históricas de masculinidades e feminilidades, além de evidenciar a construção de hierarquias entre os mesmos. Dessa maneira, enquanto uma categoria de análise o gênero possui um caráter instável e transitório, que possibilita novas questões e temporalidades, apontando a necessidade de se libertar de conceitos abstratos, bem como a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias. Enquanto conceito, gênero nasce de sistemas epistemológicos definidos e diz respeito a uma abstração temporal, de um momento histórico específico (SILVA, 2016).

Talvez, o sujeito, bem como a evocação de um “antes” temporal sejam constituídos pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. A hipótese prevalente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se a premissa básica para garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social. (BUTLER, 2017, p. 19-20)

Ao se dedicar em um estudo sobre o gênero e a subversão das identidades, ela aponta que vivemos diante de uma ordem compulsória que exige coerência entre corpo, gênero, sexo, sexualidade e desejos e práticas, devendo todos seguir a lógica da heterossexualidade. Em sua formulação, o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória são instituições definidoras, formando desta maneira a “matriz heterossexual”, um sistema epistemológico e ontológico que deve ser entendido como a “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2017, p. 24). Para os corpos existirem coerentemente e fazerem sentido, é necessário que haja estabilidade sexual expressa por meio de um gênero igualmente estável, onde o masculino é expresso pelo macho, e o feminino, pela fêmea.

Joan Scott (1995), por sua vez, apresenta o gênero como uma categoria ou janela através da qual torna-se possível analisar a história, historicizar, dentro da produção discursiva, o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia estabelecida entre os dois campos. Como mostra Scott, na maioria das tentativas de teorizar o gênero não se fugiu dos quadros tradicionais compostos por antigas formulações estruturais, causais e universais.

É possível perceber que o discurso dos tratados médicos produzidos na passagem do século XIX para o século XX, como apresentado no tópico anterior, trazia uma preocupação em enquadrar os corpos considerados desviantes, dissidentes ou anormais dentro de um sistema de inteligibilidade e funcionalidade considerado normal, natural e são, visando a manutenção da ordem hegemônica. Ou seja, dentro dos quadros tradicionais compostos por antigas formulações estruturais e essencialistas, como diz Scott (1995). O objetivo daqueles discursos médicos e psicanalistas era produzir um corpo em que se alinhasse gênero e sexo ou gênero e sexualidade e práticas sexuais (GOMES JUNIOR, 2019). Era preciso elaborar discursos que garantissem a permanência dessa lógica, por meio de atos e signos que produzissem os corpos masculinos e femininos, de acordo com a sua natureza biológica.

Mas como, num contexto de masculinidade hegemônica e dominação masculina como foi o século passado (BOURDIEU, 2017), construía-se socialmente os corpos? Como aqueles indivíduos envolvidos fisicamente com práticas consideradas corporalmente desviantes articulavam o seu gênero, a sua sexualidade e performavam a sua subjetividade em confronto com a ordem estabelecida? Pensando segundo o conceito de “estratificação sexual” proposto por Daniel Vital dos Santos Silva (2015), desde o século XIX começou-se a elaborar um sistema hierárquico de valores a partir do qual se desenrolavam os processos de construção e controle dos corpos e de abjeção das sexualidades desviantes e não reprodutivas, que não eram positivamente valoradas. Os conceitos de “sanidade” e “normalidade” passaram a ser empregados pela medicina, com apoio do Estado, como ferramenta de colonização dos corpos, perseguindo e formando os indivíduos (CARRARA, 1998).

O discurso médico no início do século XX, juntamente a outros mecanismos de interpelação dos aparelhos ideológicos, estabeleceu a dicotomia necessária para a elaboração da sociedade entre o corpo “normal” e o corpo “anormal”, o indivíduo “trabalhador” e o “vadio”, o “sadio” e o “doente”. Consolidava-se ali o tipo de sociedade moderna que Georges Canguilhem definiu como “Estado patológico”, responsável pela classificação dos indivíduos em categorias de controle estruturadoras a partir do que estava estabelecido como “normal” ou “patológico” (CANGUILHEM, 2009). Forjou-se, por isso, a abjeção, o “ser abjeto” – o “anormal, o vadio, o doente, o desviante”, em resumo: o outro que precisava ser enquadrado nos padrões culturais estabelecidos e nas hierarquias sexuais e sociais. Esta noção se constituiu ao longo do processo de circunscrição dos sujeitos divergentes, o que, como sugere Butler e é reforçado por Daniel Silva, estabeleceu uma fronteira entre o normal e o anormal, designando, pela abjeção, o que era invisível e inviável de ser vivido.

Assim, construindo o abjeto, aquilo que não pode ser, em última análise ocorre a construção daquilo que é, do que pode ser, do que se deseja ser ou se aspira ser, inclusive em termos de lícito e ilícito. Esse é o sentido do deboche e das sátiras, abundantes na época, sobre efeminados, pederastas e sodomitas: marcar o limite de impossibilidade, ou, ao menos, até onde era possível ir mantendo sua masculinidade, honradez, imagem pública, intacta. (SANTOS SILVA, 2015, p. 30)

Foi por esse meio que se deu o pensamento sobre a construção social dos corpos ao longo do século XX – a partir da discrepância entre os corpos, os gêneros e as diferenças sexuais, sempre inseridas nas oposições binárias que organizam e orientam todo o ethos. Bourdieu lembra que as coisas, as atividades e as pessoas são divididas segundo a oposição homóloga entre masculino e feminino, sempre sobrecarregada de determinações cosmológicas e antropológicas. A dominação masculina está por trás da elaboração do ser abjeto e da construção dos corpos a partir do binarismo que divide os gêneros, dando “ordem às coisas” e estabelecendo o que é normal, o que é natural, e o que inevitavelmente está presente e incorporado “nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação” (BOURDIEU, 2017, p. 20-22).

Em certa medida, pode-se dizer que o corpo humano e os conhecimentos e discursos produzidos sobre ele jamais conheceram transformações como as que são possíveis observar durante o século XX. Mas essas transformações não ficaram limitadas ao século passado e se espraiam, no século XXI, em novas formulações, entendimentos e propostas sobre o corpo, que se relacionam diretamente com ficções e discursos que propõem o corpo como um objeto cultural, socialmente elaborado e desvinculado de sua materialidade. É cabível afirmar que estamos em um momento com muitos debates e autores com postura epistemológica pós-estruturalista, de modificação de antigos paradigmas historiográficos, de surgimento de novas idiosincrasias e de ultrapassagem de determinados limites com o desenvolvimento de fissuras nas normas que já não dão conta das experiências que vivemos. Um momento em que as estruturas tradicionais de regulação e promotoras de inteligibilidade para a sociedade são questionadas. Quando pensa o corpo, neste contexto das últimas décadas, Judith Butler diz:

[...] me dei conta de que não poderia fixar os corpos como simples objetos do pensamento. Os corpos não apenas tendem a indicar um mundo que está mais além deles mesmos; este movimento que supera os seus próprios limites, um movimento fronteiriço em si mesmo, parece ser imprescindível para estabelecer o que os corpos "são". (BUTLER, 2002, p. 11, tradução minha)

Dito de outra forma, os corpos, nos tempos atuais, já não cabem dentro dos limites impostos/ produzidos nos séculos passados e é preciso criar outras formas de ver o corpo, diferentes daquelas dos séculos passados. É, em certo tom, um convite para que pensemos novos discursos e olhares outros para os corpos, materialidades que questionam a própria materialidade e estabelecem novas tecnologias para impor limites outros à constituição de si mesmos. Embora os corpos ainda sejam naturalizados numa lógica heteronormativa, como aponta Butler (2017), não sendo possível um corpo ou um sujeito existir num estado pré-discursivo (discussão com a qual Foucault concordaria), atualmente cresce uma postura política segundo a qual não devem mais ser olhares e discursos externos que atuem na produção dos corpos, mas os próprios indivíduos que competem propondo os seus registros, criando-se a si mesmos/as e friccionando suas criações com aquelas com as quais não se reconhecem. Há um esforço em devolver ao corpo a singularidade da sua presença, pela ênfase das mutações. Silvana Vilodre Goellner afirma que:

Pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico. (GOELLNER, 2012, p. 28)

Ou seja, o corpo é produto do seu tempo, ele materializa e apresenta o mundo no qual está inserido, sendo uma construção cultural dotada de diferentes marcações, não podendo ser universal, sendo sempre "provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura, bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que ele produz e reproduz" (GOELLNER, 2012, p. 28). O corpo não é apenas a sua materialidade, mas igualmente tudo que o cerca e o constitui, bem como os discursos que representa e que o formam. Logo, se vivemos neste novo século um contexto de questionamento dos essencialismos, de ruptura com as estruturas e de invenção de novas linguagens, é plausível admitir a invenção de novos corpos que produzem identidades e subjetividades outras, modificadas, com distintas formas de estar no mundo, novas tecnologias sociais e representações discursivas particulares de si. Podemos ver estes novos corpos naqueles que testam os limites do binarismo de gênero, como os corpos das pessoas transexuais, das pessoas não-binárias e daquelas que se produzem de acordo com uma postura queer, de estranhamento, fissura e provocação. São corpos que negam a materialidade de si mesmos. Isso não significa, porém,

[...] como sugerem algumas das críticas simplificadoras e redutoras ao pensamento dito pós-estruturalista, que se esteja negando a materialidade dos corpos, a dimensão biopsicossocial dos sujeitos, pois, inegavelmente, é através do corpo que vivemos, nos movemos, existimos e constituímos nossa posição de sujeito no campo das históricas experiências de masculinidades e feminilidades. Todavia, se trata de historicizar os sentidos, os valores atribuídos sobre o corpo que forjam binarismos classificatórios como belo/feio, normal/anormal, doente/sarado. (SILVA, 2016, p. 160)

Nessa linha, Goellner entende o corpo enquanto um constructo cultural, do seu tempo; Butler vê o corpo como uma construção social e o gênero uma performance; e Paul B. Preciado (2017), que apresenta o gênero como “ficção política encarnada”, entende que o corpo deve se guiar e se estabelecer segundo um “contrato de contrassexualidade”, que provocaria o fim da Natureza “como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (PRECIADO, 2017, p. 21). A sua proposta é de que se produzam corpos a partir da análise crítica das diferenças de gênero e sexo e que os corpos passem a se reconhecer não como “homens e mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes” (PRECIADO, 2017, p. 21) – no limite, corpos em si mesmos desvinculados de quaisquer contratos sociais ou discursos que pesem sobre eles, haja vista que o gênero é compreendido criticamente como uma tecnologia cisheteronormativa que busca produzir corpos com gêneros “inteligíveis”. O que se entende é uma crítica ao binarismo “Natureza/Cultura presente no paradigma estruturalista” (SILVA, 2016, p. 162).

Na perspectiva das Teorias Descoloniais e da Teoria Queer, o que se percebe é a proposta de uma refundação dos corpos fora dos modelos impostos pelo colonialismo e questionadores, pelo estranhamento, da inteligibilidade que buscam lhes impor. São, dessa forma, as experiências trans desse início de século as que mais têm questionado as estruturas corporais e provocado rompimentos com as noções de gênero social, cultural e historicamente produzidas, distanciando-se principalmente do biologicismo de outrora e escapando da matriz heterossexual. Os corpos já não cabem em interpretações que forcem apresentá-los como dados ontológicos, posto que são, agora, objetos em processo nas mãos de indivíduos em devir.

Conclusão

Estamos em nosso corpo, existimos em nós e a partir de nós, e assim nos produzimos e produzimos o nosso mundo. Nosso corpo está em constante devir, nunca acabado, o que não nos garante nenhuma distância entre nós e o nosso corpo. Dessa maneira, observar o corpo no passado, interpretando discursos e olhares outros, transcende o eu no presente e institui novas materialidades. A partir das reflexões apresentadas, concluo acerca da necessidade de pensarmos neste tema que propõe infinitas possibilidades, de múltiplas proporções, posto que falar da história do corpo é falar sobre o indivíduo e o que o cerca. Se a experiência de gênero, social, racial, étnica e sexual está relacionada ao que se expressa nos discursos e representações, a história do corpo tudo abarca – é a história da vida humana.

Uma contribuição dos Estudos Corporais que se pode destacar para a História é o corpo enquanto um objeto de estudo que permite a compreensão e análise de diferentes concepções históricas sobre o sexo, a sexualidade, o masculino e o feminino, as relações entre os gêneros, o prazer, os desejos, a dor, as normas de etiqueta, as violências, o trabalho, os modos de produção, as tecnologias e cuidados de si, as práticas sociais, os gestos, a sociabilidade, a normalidade e a anormalidade e tudo o mais que se dá em termos sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos no equilíbrio entre o sujeito em sua constituição individual e sua vivência coletiva. Através da análise de obras literárias, publicações da imprensa, cartas, diários, processos-crime, fotografias,

enfim, das mais variadas fontes, o corpo pode ser objeto de uma pesquisa histórica em que os olhares dos/as historiadores/as, munidos/as das mais diversas ferramentas teórico-metodológicas, que veem e recortam os objetos (o corpo entre eles) da documentação selecionada (ou seja, as fontes sobre as quais se debruçam). Desse modo, torna-se possível encontrar e historicizar modos de ser e viver distantes do seu, evidenciando o caráter não natural (no sentido de produzido) das relações sociais, e assim poder denunciar “as desigualdades e as históricas opressões e hierarquias” (SILVA, 2016, p. 154).

De acordo com o que foi discutido neste breve trabalho, uma introdução aos Estudos Corporais, o corpo e seus desdobramentos em gênero e sexualidade possibilita entender e explicar continuidades e descontinuidades, assim como analisar e desconstruir desigualdades, diferenças e hierarquias construídas social e historicamente. A elaboração do conhecimento histórico, quando se dá sobre o “corpo” enquanto objeto de estudo, requer uma tomada de posição e uma compreensão alargada sobre o que se busca, marcando o próprio lugar de fala (RIBEIRO, 2017) e denunciando “as práticas institucionalizadas que tendem a silenciar e perpetuar uma concepção hegemônica do discurso histórico” (SILVA, 2016, p. 166).

As ciências humanas e sociais têm apresentado vasta produção articulando o “gênero”, seja enquanto categoria, seja enquanto conceito. Mas a partir do desenvolvimento Estudos Corporais, a historiografia tem se preocupado em pensar o “corpo” visando à compreensão do corpo humano (a sua materialidade e corporeidade) como fenômeno social e cultural. Assim, entendo que, a partir da discussão sobre a temática realizada neste texto, foi possível suscitar uma reflexão acerca da historiografia do corpo e seus desdobramentos nos estudos de gênero e sexualidades, apresentando um caminho para a aproximação da historiografia com os Estudos Corporais. É de grande importância que possamos nos abrir e conhecer uma bibliografia sobre o corpo e, ao mesmo tempo, entender como os conceitos e teorias pós-estruturalistas nos permitem olhar para o corpo de outras maneiras.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 4. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. rev. 2. reimpressão. Tradução de Maria Tereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998. (Coleção Saúde & Sociedade).
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Tradução e revisão de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. 3. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017a. v. 3.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo:** da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M. E. Orth; rev. da tradução de Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. 2. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017b. v. 1.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo:** da Revolução à Grande Guerra. Tradução de João Batista Kreuch e Jaime Clasen; rev. da tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. v. 2.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero se sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONTIJO, Stella Ferreira. A desobediência epistêmica e as mulheres como sujeitos historiográficos. **Revista Crítica Histórica**, ano X, n. 19, p. 39-55, jun. 2019.

COMES JUNIOR, João. **Sobre "frescos" e "bagaxas":** uma história social do homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890-1938. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** 2. ed. Tradução de Sonia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Série Cadernos da Diversidade, v. 6)

PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual.** Tradução de Maria Paul Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

RAGO Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (org.). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

SANTOS SILVA, Daniel Vital dos. **A captura do prazer:** homossexualidade masculina e saber médico na Bahia do Século XIX (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Natanael de Freitas. O conceito de gênero em Scott, Butler e Preciado: aproximações, distanciamentos e a contribuição para o ofício do historiador. **Revista Hominum**, n. 19, p. 153-171,

out. 2016.

Recebido em: 21 de abril de 2020.
Aprovado em: 12 de junho de 2020.